

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Sanesalto Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 6 de novembro de 1996. A sede está localizada na Rua Nove de Julho, 849, na cidade de Salto – SP. A Companhia possui apenas a Conasa Infraestrutura S/A. como controlador com 100% de suas ações. O objeto da Companhia é explorar, na qualidade de concessionária, a implantação e operação dos serviços públicos municipais de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto – SP.

A Administração acompanha os processos de evolução da pandemia da COVID-19 e não identificou necessidade de revisão das Demonstrações Financeiras por temas relacionados com os riscos da COVID-19 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A Companhia não verificou impacto da pandemia da COVID-19 na sua concessão, pela característica de monopólio regulado. Dessa forma as receitas não sofreram queda, porém, houve a suspensão do reajuste ordinário da tarifa, assim, ao mesmo tempo, também não sofreu aumento de inadimplência, mesmo com o agravamento da situação econômica.

1.1. Contrato de concessão

O contrato de concessão, assinado em 5 de dezembro de 1996, firmado com a Prefeitura Municipal de Salto – SP, compreende:

- (a)** A implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgoto do tipo lodo ativado, denominada E.T.E. Santa Isabel (“Santa Isabel”), situada na região do bairro Sete Quedas;
- (b)** Implantação, operação e manutenção de emissários, interceptores e estações elevatórias, complementando o sistema de coleta de esgotos existente;
- (c)** Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto.

Em janeiro de 2022, o Poder Concedente notificou a Sanesalto para encerramento do prazo do Contrato de Concessão, sob o argumento da validade de Ordem de Serviço emitida em 1996, a qual, em combinação com o prazo contratual de 25 anos, encerraria o referido contrato em dezembro de 2021. Na avaliação da Administração, tal argumento é inepto dado os demais documentos contratuais, principalmente o Termo Aditivo n. 01 de maio de 2000 que alterou o cronograma inicial, nova ordem de serviço de 2007 e processo de reequilíbrio econômico-financeiro que, dentre outros fatores, considerou o final da concessão para fins de cálculo de tarifa remuneratória o ano de 2032. Todos esses documentos culminam no Relatório da Administração, de autoria do Poder Concedente, de 2011, e no Termo Aditivo n. 10, que estenderam a prestação de serviços contados 25 anos do início de fato em 2007, encerrando-se, portanto, em 2032.

Contra tal notificação do Poder Concedente, a Sanesalto ingressou com Mandado de Segurança Processo nº 1000410-49.2022.8.26.0526, o qual encontra-se atualmente em fase de interposição de recurso especial perante o STJ, âmbito no qual se discutem violações à legislação federal. Em paralelo, a Sanesalto entrou com Ação Declaratória Processo nº 100304333.2022.8.26.0526, a qual encontra-se atualmente em fase de interposição de recuso de apelação perante o TJ-SP. Não houve, até o momento, o trânsito em julgado de nenhuma decisão favorável ou desfavorável. A Administração considera o risco de perda dos referidos processos remoto.

Em que pese os processos discutirem a possibilidade ou não do encerramento contratual, de acordo com o §5º do art. 42 da Lei nº 11.445/2007, incluído pela Lei nº 14.026/2020, a transferência de serviços de um prestador para outros será condicionada, em qualquer hipótese, à prévia indenização dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, nos termos da Lei nº 8.987/1995. A Lei nº 8.987/1995, por

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

sua vez, determina que, no caso de extinção da concessão por advento do prazo contratual, o poder concedente deve antecipar-se ao termo final e realizar os levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização devida pelas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados. Desde o envio da notificação de encerramento em janeiro de 2022, a Sanesalto segue operando normalmente. Não há, até o momento, de acordo com nosso melhor conhecimento, qualquer indício ou informação de que o Município de Salto esteja cumprindo as etapas prévias determinadas pela legislação para uma eventual retomada da concessão.

De todo modo, conforme aditamento contratual o prazo de concessão se encerrará no 2º semestre de 2032.

1.2. Alteração no Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Saneamento Básico

(a) As tarifas a serem praticadas pela Concessionária:

Com o termo de aditamento acima mencionado, os valores das tarifas serão atualizados anualmente, conforme metodologia determinada pelo Contrato de Concessão.

Dessa forma, as tarifas atualizadas e praticadas dos últimos 5 anos e até 31 de dezembro de 2022 são:

Período de vigência			Tarifa por m³ de esgoto tratado	Variação nominal da tarifa
jun/17	a	mai/18	3,5690	18,58%
jun/18	a	dez/19	3,6100	1,15%
jan/20	a	dez/20	4,0000	10,80%
jan/21	a	dez/21	4,0000	0,00%
jan/22	a	jul/22	4,0000	0,00%
ago/22	a	mai/23	5,0800	27,00%

A tarifa é reajustada conforme previsão de fórmula contratual, a qual incorpora os índices IGP-M, IGP-DI, INPC e a tarifa de energia elétrica, com regulação da ARES-PCJ.

- (b)** Extensão do prazo de vigência do Período de Concessão por 60 (sessenta) meses adicionais ao prazo originalmente fixado, estendendo a concessão até o 2º semestre de 2032.
- (c)** Em junho de 2020, a tarifa deveria ser reajustada em 2,25%, porém, por conta da pandemia da COVID-19, a agência reguladora ARES-PCJ prorrogou o prazo de reajuste enquanto durava o período de calamidade, conforme resolução nº 348 de 23 de junho de 2020.
- (d)** Com o fim da pandemia, em 29 de junho de 2022 a ARES-PCJ autorizou o reajuste que estava represado referente aos exercícios de 2019, 2020 e 2021 passando de R\$ 4,00 (quatro reais) para R\$ 5,08 (cinco reais e oito centavos, perfazendo um percentual de 27% (vinte e sete por cento).

1.3. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 28 de março de 2023.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras:

2.1. A declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4.10.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia adota o pressuposto da continuidade normal das operações quando da elaboração de suas demonstrações financeiras.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todas as demonstrações financeiras anuais da Companhia.

2.4.1. Divulgação de informações por segmento

As receitas da Companhia se concentraram somente na prestação de serviços públicos municipais de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto – SP, consideradas um único segmento operacional, não havendo outros segmentos de negócios a serem divulgados. Dessa forma, o resultado da Companhia como um todo é o resultado do único segmento operacional e esta informação está consistente com as informações fornecidas ao principal tomador de decisões operacionais.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4.2. Ativos e passivos financeiros

Ativo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022, assim como em 2021, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

• Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4.3 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.4.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4.6 Ativo circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

- **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nesses casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do “contas a receber” envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

- **Títulos de valores mobiliários**

A Companhia mantém aplicações financeiras, que estão vinculadas a 3ª emissão de debêntures públicas, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera que não há conversibilidade imediata, porém são aplicados com conservadorismo e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, além de terem um vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

- **Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

- **Intangível:** Os ativos intangíveis, referentes ao contrato de concessão, são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção (que no caso da Companhia, foi definida como zero), os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, conforme demonstrado na Nota 6.

Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo. A Companhia adota o prazo de amortização até o final da concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações, em bens para o poder concedente, recebidas de terceiros e entidades governamentais, para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgoto não são registrados pela Companhia, uma vez que esses bens são controlados pelo poder concedente.

▪ **Perda no valor recuperável (impairment):** Na data de cada encerramento anual das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifiquem tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (*impairment*).

2.4.7. Passivo circulante e não circulante

▪ **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis e são contabilizadas como empréstimos.

▪ **Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia apresentou lucro tributável durante todo o exercício de 2022, como já era previsto, optando pelo regime de Lucro Real, tendo em 2021 optado pelo Lucro Presumido.

▪ **Provisões:** As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

▪ **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Resultado por Ação:** De acordo com o CPC 41 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada disponível durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

2.4.8. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

Receitas: A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

- (a) **Receitas e despesas financeiras:** A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.
- (b) **Receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 (R1) (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) **Receita de remuneração dos ativos de concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento.
- (d) **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos. A receita de operação consiste no tratamento de esgoto assim como os serviços, e são reconhecidas no resultado considerando os faturamentos realizados para os consumidores.

2.4.9. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRSs, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.4.10. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As principais premissas e julgamentos relativos a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- (a) **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo intangível e/ou ativo financeiro.

2.5. Mudanças em políticas contábeis

2.5.1 Novas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022

- **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado":** em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios":** emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

• **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:** em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

- (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
- (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não houve impactos na adoção das normas adotadas pela Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.5.2 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor, assim como as descritas acima que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

Ativo circulante	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e saldos em conta corrente bancária	1.229	762
Aplicações financeiras de curto prazo (a)	3	6
	1.232	768
Ativo não circulante		
Títulos de valores mobiliários		
Aplicações financeiras (CDB) (b)	2.939	3.070
	2.939	3.070

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. Em 31 de dezembro 2022, a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 102% do CDI, contra 81% do CDI em 31 de dezembro de 2021.

(b) As aplicações financeiras no ativo não circulante estão cedidas em garantia à 3ª emissão de debêntures, e estão aplicadas em CDB- Cédulas de Depósito Bancários com risco insignificante de perda, uma vez que os prazos de vencimentos são curtos apenas para atender as exigências de conta garantida. Em 31 de dezembro 2022, a remuneração média das aplicações financeiras em CDB equivale a 110% do CDI, contra 90% do CDI em 31 de dezembro de 2021.

4. Contas a receber

4.1. Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber faturados	4.301	3.624
Contas a receber à faturar (a)	1.583	-
(-) Perdas com créditos de liquidação duvidosa (b)	(183)	(221)
	5.701	3.403

(a) A Companhia reconheceu valores de prestação serviços realizados e já entregues em suas contas a receber no montante de R\$ 1.583 no encerramento do exercício de 2022.

(b) As contas a receber referem-se à remuneração da concessionária sobre os serviços públicos de tratamento dos esgotos urbanos domésticos e industriais do Município de Salto, em regime de concessão. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram mensuradas considerando todos os títulos vencidos há mais de 180 dias. Adicionalmente, a Companhia avalia suas contas a receber periodicamente para detectar possíveis perdas, avaliando as perdas esperadas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve reversão das perdas esperadas.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2. Vencimento das contas a receber

Abaixo demonstramos a situação das contas a receber por vencimentos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer	2.802	2.039
Vencidos até 30 dias	774	591
Vencidos de 31 até 60 dias	329	275
Vencidos de 61 até 180 dias	212	498
Vencidos há mais de 181 dias	184	221
(-) Perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	(183)	(221)
	<u>4.118</u>	<u>3.403</u>

4.3. Movimentação da PCLD

Saldo da PCLD em 31/12/2021	<u>221</u>
Reversão da provisão	(76)
Constituição da provisão	38
Saldo da PCLD em 31/12/2022	<u>183</u>
Saldo da PCLD em 31/12/2020	<u>297</u>
Reversão da provisão	(496)
Constituição da provisão	420
Saldo da PCLD em 31/12/2021	<u>221</u>

5. Créditos com partes relacionadas

5.1 Créditos tributários – Partes relacionadas

Em 31/05/2017, a Companhia aderiu ao PRT (Programa de Regularização Tributária), conforme Medida Provisória 766, em que foi possível a amortização de parte da dívida com a utilização do seu crédito do prejuízo fiscal, adicionalmente, conforme parágrafo segundo do artigo segundo, a Companhia pôde transferir estes créditos a empresas controladas ou controladora, de forma direta ou indireta, ou seja, empresas do mesmo grupo econômico, sem ganhos ou perdas na operação. Entretanto, em 30/09/2017, o PRT foi migrado para o PERT conforme MP nº 783, e posteriormente convertido em Lei 13.496/2017, praticamente nas mesmas condições. Os contratos foram firmados a valor de face, com vencimento para 31 de maio de 2022, podendo ser amortizado antes do vencimento, sem juros ou correção monetária, e dessa forma, foram reclassificados no início do exercício de longo prazo para curto prazo. Foram constituídos créditos com as seguintes empresas do grupo e parte delas ainda não liquidaram seus débitos em 31 de dezembro de 2022, somente a controladora liquidou seus débitos em outubro de 2022, com reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 3.117, conforme nota explicativa 13.3, restando ainda saldo de R\$ 295. As outras partes relacionadas pretendem liquidar os débitos ainda dentro do exercício de 2023. Segue demonstrativo abaixo:

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo circulante	31/12/2022	31/12/2021
Créditos tributários - Controladores		
Conasa Infraestrutura S.A.	3.412	3.913
Créditos tributários - Outras Partes relacionadas		
Companhia Aguas de Itapema	2.918	2.918
Sanetrat Saneamento S/A	539	539
	3.457	3.457
	6.869	7.370

5.2 Créditos com controladores

	Ativo não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021
CONASA - Infraestrutura S.A.	-	2.034
	-	2.034

O grupo econômico não tem como prática interna cobrar juros sobre essas transações, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações, em razão de se utilizarem da premissa de uso de Administração de caixa e recursos centralizados e com remessas e uso de recursos quando necessário pelas Companhias. Em outubro de 2022, a controladora liquidou o crédito com a Companhia, com reserva de retenção de lucros referente a dividendos de exercícios anteriores.

5.3 Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

A Companhia possui saldo a pagar em 31 de dezembro de 2022 R\$ 1.130 (em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 181), referente às despesas dos serviços administrativos compartilhados pela Conasa. Estão inseridos nesses serviços os valores das despesas de um modo geral necessárias para a manutenção da estrutura administrativa da Conasa, de acordo com a proporção de receitas do exercício anterior de suas coligadas e controladas.

	Passivo (Fornecedores)	
	31/12/2022	31/12/2021
CONASA - Infraestrutura S.A.	1.130	181
	Resultado (Despesas administrativas)	
	31/12/2022	31/12/2021
CONASA - Infraestrutura S.A.	4.685	3.703

5.4 Remuneração da administração

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, considerando apenas diretores estatutários, reconhecidas no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2022, totalizaram R\$ 735 (R\$ 692 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

Não existem outros relacionamentos com partes relacionadas e transações além das acima divulgadas.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Intangível

6.1. Composição:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial	74.025	(41.802)	32.223	74.025	(38.361)	35.664
Licença de uso de software	263	(189)	74	263	(161)	102
Indenização efetiva (*)	(1.800)	1.220	(580)	(1.800)	1.133	(667)
	72.488	(40.771)	31.717	72.488	(37.389)	35.099

(*) Em 2014, para definir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a Companhia recebeu da Prefeitura de Salto o montante de R\$ 1.800 que foram pagos em 15 parcelas, conforme termo aditivo de contrato nº 10 de 2011, mencionado na nota 1.2. Estes valores estão sendo amortizados até o prazo final da concessão.

Movimentação:

	31/12/2022		
	Contratos de concessão valor patrimonial e Indenização efetiva	Licença de uso de software	Total
Custo:			
Saldo inicial	72.225	263	72.488
Adições	-	-	-
Saldo final	72.225	263	72.488
Amortização acumulada:			
Saldo inicial	(37.228)	(161)	(37.389)
Adições	(3.353)	(29)	(3.382)
Saldo final	(40.581)	(190)	(40.771)
Saldo inicial	34.997	102	35.099
Movimentações líquidas	(3.353)	(29)	(3.382)
	31.644	73	31.717

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021		
	Contratos de concessão valor patrimonial e indenização efetiva	Licença de uso de software	Total
Custo:			
Saldo inicial	72.211	263	72.474
Adições	14	-	14
Saldo final	72.225	263	72.488
Amortização acumulada:			
Saldo inicial	(33.875)	(131)	(34.006)
Adições	(3.353)	(30)	(3.383)
Saldo final	(37.228)	(161)	(37.389)
Saldo inicial	38.336	132	38.468
Movimentações líquidas	(3.339)	(30)	(3.369)
	34.997	102	35.099

6.2. Serviços de construção

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção	-	14
Custo de construção	-	(14)
	-	-

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. Durante o exercício de 2022, não houve investimentos relacionados ao contrato de concessão.

6.3. Intangíveis decorrentes de contrato de concessão

A Companhia assinou, em 5 de dezembro de 1996, o contrato de concessão juntamente com a Prefeitura Municipal de Salto/SP (poder concedente). Nesse contrato estão acordados:

- A implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgotos do tipo lodo ativado;
- Implantação, operação e manutenção de emissários, interceptores e estações elevatórias, complementando o sistema de coleta de esgotos existentes;
- Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelo serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto.

O prazo de concessão é de 300 meses, iniciando na emissão da primeira “Autorização de serviços”, a qual ocorreu em setembro de 2007, sendo assim, o prazo de concessão se encerra em setembro de 2032. O contrato de concessão estabelece direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público, e prevê que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela ARES-PCJ.

A taxa média de amortização linear comparativa está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de amortização do intangível	4,65%	4,65%

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Teste de impairment do intangível

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como resultado do teste de impairment, a administração não identificou fatores que pudessem indicar que os ativos intangíveis poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

7. Direito de uso e passivo de arrendamentos

7.1. Direito de uso:

	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso - Arrendamento	315	302
(-) Amortização do direito de uso - Arrendamento	(209)	(146)
	<u>106</u>	<u>156</u>

Síntese da movimentação do direito de uso:

	31/12/2021	Remensuração	Amortização	31/12/2022
Direito de uso - Arrendamentos	156	13	(63)	106
	<u>156</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>106</u>

	31/12/2020	Amortização	31/12/2021
Direito de uso - Arrendamentos	216	(60)	156
	<u>216</u>	<u>(60)</u>	<u>156</u>

7.2. Passivo de arrendamentos:

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante - Passivo de arrendamentos	84	73
Não circulante - Passivo de arrendamentos	51	125
	<u>135</u>	<u>198</u>

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Síntese da movimentação do passivo de arrendamentos:

	Saldo em 31/12/2021	Juros e Ajuste a Valor Presente	Pagamentos do Principal	Pagamentos de Juros	Saldo em 30/09/2022
Passivo de arrendamentos	198	22	(76)	(9)	135
	198	22	(76)	(9)	135

	Saldo em 31/12/2020	Juros e Ajuste a Valor Presente	Pagamentos do Principal	Pagamentos de Juros	Saldo em 31/12/2021
Passivo de arrendamentos	242	33	(66)	(11)	198
	242	33	(66)	(11)	198

Refere-se ao aluguel do prédio onde está localizado a área comercial. Foram registrados conforme IFRS 16 e CPC 06 R(02).

7.3 Fluxo de caixa descontado e créditos de tributos

A Companhia, em plena conformidade com o IFRS 16/CPC 06, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos de caixa a serem descontados, assim como os créditos de tributos, conforme vedação imposta pela norma demonstrado a seguir:

Fluxo de Caixa	31/12/2022		Fluxo de Caixa	31/12/2021	
	Nominal	Ajuste a Valor Presente		Nominal	Ajuste a Valor Presente
Contraprestação de arrendamento	135	7	Contraprestação de arrendamento	213	18
Crédito de PIS/COFINS potencial (9,25%)	12	1	Crédito de PIS/COFINS potencial (9,25%)	20	2
	147	8		233	20

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentados abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamentos, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do período findo em 31 de dezembro de 2022 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado dos arrendamentos, considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rúbricas	31/12/2022	2023
Passivo de arrendamentos		
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	135	51
Fluxo com projeção de inflação	135	55
Variação	0,00%	8,07%
Direito de uso líquido - Saldo final		
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	106	39
Fluxo com projeção de inflação	106	25
Variação	0,00%	-35,10%
Despesa financeira		
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	(7)	5
Fluxo com projeção de inflação	(7)	5
Variação	0,00%	3,25%
Despesa de depreciação		
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	(12)	67
Fluxo com projeção de inflação	(12)	76
Variação	0,00%	13,58%

8. Debêntures

8.1. Composição:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures (3ª emissão)	8.389	28.313	7.311	35.834
	8.389	28.313	7.311	35.834

8.2. Movimentação

Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	43.145
(-) Pagamentos do principal	(6.604)
(-) Pagamentos de juros	(6.260)
Provisão de juros	6.309
Amortização do custo de captação	112
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	36.702
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	49.265
(-) Pagamentos do principal	(6.337)
(-) Pagamentos de juros	(3.703)
Provisão de juros	3.809
Amortização do custo de captação	111
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	43.145

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.3. Terceira emissão de debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2019, foi deliberada e aprovada a terceira emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, da espécie garantia real, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

A emissão foi de 55 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 55.000. A emissão das debêntures públicas, além do registro na CVM, foi registrada na ANBIMA – Associação Brasileira de Mercados Financeiro e de Capitais em 18 de dezembro de 2019.

A remuneração pactuada para as debêntures será de 100% de variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia “over extra-grupo” expressas de forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida de sobretaxa de 4% ao ano incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais, com vencimento todo dia 18 de cada mês, tendo como última parcela a data de 18 de dezembro de 2026.

8.4. Amortização da dívida com debêntures

	31/12/2022	31/12/2021
Vencimento em		
2022	-	7.311
2023	8.389	8.959
2024	8.389	8.959
2025	8.389	8.959
2026	8.389	8.957
2027	3.146	-
	36.702	43.145

8.5. Condições Restritivas Financeiras – “Covenants”

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (I) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (II) decretação de falência pela emissora, (III) vedação de distribuição de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações e juros sobre capital próprio; (IV) vedação de redução do capital social; e (V) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários (VI) perda da concessão. Os *covenants* financeiros foram medidos a partir do encerramento do exercício de 2020, que seu ICSD (Índice de Cobertura de Serviço da Dívida) deveria ser superior a 1,2 (um vírgula dois inteiros) e o índice de liquidez deveria ser superior a 1,00 (um inteiro), não podendo deixar de atender esses índices por 2 (dois) anos consecutivos ou por 3 (três) anos alternados.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas, assim como os *covenants* financeiros, encerrando o exercício com índice de liquidez corrente de 0,99 (zero vírgula noventa e nove) e o ICSD de 0,99 (zero vírgula noventa e nove). A Companhia não obteve penalidade com vencimento antecipado no encerramento do exercício de 2022, por não cumprir com o índice de liquidez encerrando com número inferior a 1%, pois o vencimento antecipado se dará no não cumprimento dos índices em dois anos consecutivos ou por 3 anos alternados.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.6. Garantias dadas

As debêntures de emissão da Companhia estão garantidas por cessão fiduciária dos direitos da concessão, além de aplicações financeiras de 3 parcelas vincendas como contas reservas. Não há alienação fiduciária das ações da Companhia como acionista, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Companhia Emissora	Cessão Fiduciária de Recebíveis	Alienação Fiduciária de Ações	Garantia Fidejussória da Companhia como acionista	Conta Reserva
Sanesalto	Totalidade dos direitos da concessão	100% das ações da SPE	Não	3 Parcelas Vincendas

Não há outros ativos dados em garantia.

9. Encargos tributários a pagar e ativo diferidos

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Impostos diferidos		
Contribuição social diferida	469	-
Total ativo	469	-
Passivo		
Encargos tributários a pagar		
PIS a recolher	39	13
COFINS a recolher	177	59
Outros impostos	27	19
	243	91
Imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda	834	693
Contribuição social	255	256
	1.089	949
Total passivo	1.332	1.040

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Impostos e contribuições parcelados

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
Parcelamento de PIS	60	54
Parcelamento de COFINS	274	248
Parcelamento de IRPJ	411	371
Parcelamento de CSLL	139	126
Total	884	799
Não circulante		
Parcelamento de PIS	30	81
Parcelamento de COFINS	137	372
Parcelamento de IRPJ	518	839
Parcelamento de CSLL	184	292
Total	869	1.584
	1.753	2.383

11. Demais contas a pagar

A Companhia possui acordo com a autarquia do município de Salto, SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, onde no contrato de concessão ela administra todo o serviço e faz o repasse somente do tratamento e distribuição de água, ficando com o valor da arrecadação do esgoto. Em 31 de dezembro de 2022, o valor a repassar sobre as arrecadações encerrou em R\$ 419 (R\$ 475 em 2021).

<u>Demais contas a pagar</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
SAAE - Serviço Autônomo Água e Esgoto	419	475
Outras contas a pagar	634	62
	1.053	537

12. Provisão para demandas judiciais

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para as ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia.

Em função das características dessas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.1. Composição por probabilidade de perda:

Probabilidade de Perda	Tributárias	
	31/12/2022	31/12/2021
Provável	699	-

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para possíveis processos cujo exista expectativa de perda no âmbito tributário, referentes aos impostos de prestação de serviços continuados.

12.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possíveis, e para as quais nenhuma provisão foi reconhecida. Estes valores são avaliados e atualizados em uma periodicidade trimestral. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía R\$ 5 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2021) em processos civis e R\$ 593 (R\$ 593 em dezembro de 2021) em processos trabalhistas.

12.3. Incertezas sobre o tratamento de tributos

A Companhia avalia periodicamente as apurações de tributos sobre o lucro, IRPJ e CSLL corrente e diferidos, ativos e passivos, e acredita que não há incerteza nas práticas fiscais adotadas na apuração, as quais uma autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal de acordo com a legislação tributária.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

O Capital social da Companhia que era de R\$ 2.000, totalmente subscrito e integralizado, reapresentado por 2.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, foi aumentado na data de 04 de fevereiro de 2020 em R\$ 12.574 referente ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, totalizando R\$ 14.574, representando 14.573.546 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Dentro do próprio exercício, em 28 de dezembro de 2020, a administração decidiu através de assembleia geral extraordinária, a reduzir o capital social da Companhia absorvendo os prejuízos acumulados no valor de R\$ 14.523, assim o capital social encerrou com R\$ 50, totalmente subscrito e integralizado representando 50.341 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Número de ações	%	Número de ações	%
CONASA - Infraestrutura S.A.	50.341	100,00%	50.341	100,00%
	50.341	100%	50.341	100%

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.2. Reserva legal

A Companhia mantém registrado a reserva de capital no valor de R\$ 10 referente ao resultado do exercício de 2020 que representa 20% do capital social da Companhia, conforme art. 193 da lei 6.404/76.

13.3. Reserva de retenção de Lucros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha saldo de R\$ 3.117. No encerramento do exercício de 2022, após a constituição provisória dos dividendos mínimos obrigatórios a Companhia alocou o valor de R\$ 2.186 encerrando com saldo de R\$ 5.303 em reserva de retenção de lucros. A administração irá propor na assembleia geral ordinária a integralização de capital ao capital social da reserva de retenção de lucros.

13.4 Dividendo distribuído por ação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Total de ações	50.341	50.341
Dividendos distribuídos	1.039	5.886
Dividendos por ação	<u>2,0639</u>	<u>11,6923</u>

Os dividendos distribuídos no exercício de 2022, são referentes ao resultado de 2021 e foram distribuídos durante o exercício de 2022, assim como os de 2021 são referentes ao exercício de 2020.

13.5. Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do Lucro Líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Ao encerramento do exercício de 2022 foram provisionados dividendos mínimos obrigatórios no valor de 728 (R\$ 1.039 em 2021).

14. Receita líquida dos serviços prestados

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita bruta de serviços	32.803	28.956
Receitas de construção	-	14
Devoluções e cancelamentos	(427)	(252)
Tributos	(2.102)	(1.004)
	<u>30.274</u>	<u>27.714</u>

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Custos dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Custos com materiais e insumos na operação de esgoto	(2.249)	(2.426)
Mão de obra na operação	(1.040)	(882)
Custos com serviços de terceiros na operação de esgoto	(1.917)	(1.877)
Amortização do intangível	(3.383)	(3.383)
Custo de construção	-	(14)
	(8.589)	(8.582)

16. Despesas comerciais

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	(348)	(315)
Perdas de créditos de liquidação duvidosa	37	76
Propaganda e publicidade	(75)	-
Despesas com informática	(280)	(277)
Outras despesas comerciais	(105)	(135)
	(771)	(651)

17. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(1.389)	(979)
Aluguéis e locação	(43)	(40)
Serviços administrativos compartilhados	(4.685)	(3.703)
Honorários advocatícios	(1.080)	(40)
Honorários de consultorias e auditorias	(1.440)	(1.210)
Taxas de fiscalização e outorgas	(176)	(175)
Depreciação	(94)	(87)
Despesas com viagem	(49)	(70)
Despesas com Informática	(97)	(49)
Impostos, taxas e contribuições	(12)	(121)
Serviços com debêntures	(1)	(279)
Outras despesas	(634)	(523)
	(9.700)	(7.277)

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Outros resultados operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para contingências tributárias (a)	(699)	-
Reversão de contingências civis	-	118
Multas sobre atraso de tributos	(30)	(9)
Outras receitas e despesas	87	(10)
	(642)	99

(a) Foi constituído constituída a provisão contingências tributárias considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para possíveis processos cujo exista expectativa de perda no âmbito tributário, referentes aos impostos de prestação de serviços continuados.

19. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras		
Receitas com juros	362	131
	362	131
Despesas Financeiras		
Juros e demais encargos sobre debêntures	(6.309)	(3.809)
Juros sobre arrendamentos	(22)	(33)
Outros juros e multas	(4)	(3)
Juros sobre parcelamentos de impostos	(222)	(112)
Amortização de custo de captação	(112)	(111)
Comissões e despesas bancárias	(195)	(198)
Outras despesas financeiras	(117)	-
	(6.981)	(4.266)
Resultado financeiro	(6.619)	(4.135)

20. Instrumentos financeiros

(a) Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. O valor justo dos instrumentos financeiros, se aproxima do contábil no encerramento do período, motivo que só estão apresentados abaixo os valores contábeis, demonstrados a seguir:

		31/12/2022	31/12/2021
		Valor contábil	Valor contábil
Categoria			
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1.232	768
Contas a receber	Custo amortizado	5.701	3.403
Partes relacionadas	Custo amortizado	3.752	9.404
Títulos de valores mobiliários	Custo amortizado	2.939	3.070
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	1.450	452
Debêntures	Custo amortizado	36.702	43.145

(c) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado:

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, assim como as debêntures, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

A administração considerou o risco de redução do CDI em dois cenários, no cenário I considerou como projeção queda de 25% e no cenário II queda de 50%. Para as variações da DI, considerou aumento de 25% e 50% respectivamente.

Transações	Risco		Saldo em 31/12/2022	Projeção de mercado			
				Cenário I		Cenário II	
Ativo financeiro							
Aplicações financeiras	Redução da taxa CDI	5,77%	2,939	7,21%	735	10,10%	1,470
Passivo financeiro							
Debêntures	Aumento DI	6,11%	36,702	7,64%	9,176	10,69%	18,351
Exposição líquida			33,763		8,441		16,882
Efeito líquido - perda					(25,322)		(16,882)

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

- (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Vide nota explicativa 4.1.
- (c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifária.

21. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro básico por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	2.914	4.156
Média ponderada de ações em circulação	50.341	50.341
Resultado por ações - básico - R\$	57,8852	82,5570

	31/12/2022	31/12/2021
Quantidade de ações	Avos	Avos
50.341	12/12	12/12
Média ponderada de ações	50.341	50.341
Lucro básico por ações (em reais)	57,8852	82,5570

Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias. A Companhia só possui uma classe de ação ordinária e não há ações ordinárias potenciais diluidoras ou opções que pudessem converter as ações preferenciais em ordinárias, portanto, o valor do lucro por ação diluído é igual ao básico.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

Para o exercício de 2022 a administração da Companhia decidiu pela mudança do regime tributário de Lucro Presumido para Lucro Real. Em 31 de dezembro de 2022 o imposto de renda e contribuição social apuradas foi de R\$ 769 e R\$ 270 respectivamente (R\$ 2.208 e R\$ 804 respectivamente para o mesmo período de 2021). A Companhia reconheceu os tributos diferidos ativos sobre a totalidade da base de cálculo negativa de CSLL por atender as condições requeridas no CPC 32. Conforme a legislação fiscal, o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa de Contribuição Social não prescrevem. Entretanto, em períodos com lucros fiscais, somente 30% do lucro pode ser compensado com prejuízos fiscais de anos anteriores. A administração da Companhia mantém o controle do saldo da base negativa da CSLL que encerrou em R\$ 5.206 representando R\$ 468 de CSLL Diferida para que seja utilizado nos exercícios futuros.

A seguir demonstramos o resumo da apuração com alíquota efetiva de 2022 no regime de lucro real.

LUCRO REAL	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.953
Alíquotas nominais	34%
Imposto de renda e contribuição social - Calculados a alíquotas nominais	(1.344)
CSLL diferida de períodos anteriores	468
Despesas Indedutíveis (adições/exclusões)	(163)
Imposto de Renda e Contribuição Social Apurados	(1.039)
IRPJ e CSLL Correntes	(1.593)
CSLL Diferida	86
CSLL Diferidos de períodos anteriores	468
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(1.039)
Alíquota efetiva	26%

LUCRO PRESUMIDO	31/12/2021	
Corrente	IRPJ	CSLL
Arrecadação	27.496	27.496
Base de Presunção	27.496	27.496
Presunção lucro (32%)	8.799	8.799
Outras receitas	131	131
Base tributável	8.930	8.930
IRPJ (15%)	- 1.340	-
Adicional (10%)	- 868	-
CSLL (9%)	-	- 804
	- 2.208	- 804
IRPJ e CSLL no resultado	(3.012)	

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é salvaguardar a capacidade de continuidade das suas operações e oferecer retorno aos acionistas e demais partes interessadas.

A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, entre outros. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A estrutura de capital da Empresa é bastante conservadora.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

	31/12/2022	31/12/2021
A - Total de Debêntures (nota 8.1)	36.702	43.145
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários(nota 8.2)	4.171	3.838
C = (A - B) - Dívida líquida	32.531	39.307
D = Total do patrimônio líquido	1.181	3.178
E = (C + D) - Capital total	33.712	42.485
C/E = Índice de alavancagem financeira	96,5%	92,5%

24. Seguros

A Companhia possui seguro de abrangente empresarial para danos materiais e lucros cessantes, da Estação de Tratamento de Esgoto, do Prédio Comercial, além de 11 estações de elevatórias de esgotos, com vigência de 04/09/2022 a 04/09/2023. Abaixo, estão apresentados os valores em risco:

	Valor em risco	
	Danos materiais	Lucros cessantes
Estação de tratamento de esgoto e elevatórias	33.148	3.000
Prédio comercial	1.050	
	34.198	3.000

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstramos a seguir, o limite máximo de indenização:

Cobertura	Limite máximo de indenização
Incêndio, raio e explosão	11.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça	500
Danos elétricos	1.200
Danos materiais	130
Roubo e/ou furto qualificado de bens	100
Impacto de veículos terrestres	500
Alagamento / inundação	100
Salvamento, limpeza e/ou desentulho	20
Tumulto, greve, lock-out	20
Perda ou pagamento de aluguel	30
Lucros cessantes	3.000
	16.600

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras, e consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

25. Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF" ou "Supremo") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Administração avaliou que não haverá impactos em suas demonstrações financeiras sobre a decisão recente do Superior Tribunal Federal sobre "coisa julgada", onde tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário.

Claudio R. de Leoni Ramos
Diretor Administrativo/Financeiro

Isaac do Nascimento
Contador PR 043806/O-1

* * *